

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.543 - SP (2019/0230154-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES S.A**
AGRAVANTE : **JOSE LUIZ DATENA**
ADVOGADOS : **ANA PAULA TEODORO FALEIROS E OUTRO(S) -**
SP186034
HUGO TADEU MARTINS PERES - RJ179444
RODRIGO FERRO SANTAROSA - SP384516
AGRAVADO : **HELIO BRITO SOUZA**
ADVOGADOS : **GABRIEL GRUBBA LOPES E OUTRO(S) - SP270869**
MARINA SPRANGIM MAC DOWELL - SP368490

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO À HONRA E À IMAGEM. DANO MORAL. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. ARGUIÇÃO DE AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. REEXAME. SÚMULA 07/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. REEXAME. INCIDÊNCIA NA ESPÉCIE DA SÚMULA 07/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO, COM MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A. e JOSÉ LUIZ DATENA em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO À HONRA. DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO. Reportagem exibida em programa televisivo ("Brasil Urgente"), tendo por objeto a conduta do autor, professor da rede pública de ensino. Sentença de procedência, com a condenação da emissora e do apresentador, de forma solidária, ao pagamento de R\$

Superior Tribunal de Justiça

15.000,00 a título de compensação pelo dano extrapatrimonial causado ao requerente. Recurso interposto pelos requeridos. Não acolhimento. Ausência de argumentos aptos a motivar a pretendida reforma.

Sentença apreciou adequadamente o caso concreto.

Indevida exposição da imagem e violação da honra do autor. Uso, pelo apresentador, de expressões que macularam publicamente e moralmente o requerente, imputando-lhe a fama de abusador e "tarado". Ainda que a conduta reportada fosse reprovável, a abordagem inadequada - utilizada pelo programa televisivo e pelo apresentador, em rede nacional, acarretaram abalo moral ao autor, ao qual sequer foi facultado o direito de resposta.

Direito à livre manifestação não poderia ser absoluto, comportando mitigação sempre que implicar em violação de direito à honra ou personalidade. Doutrina e jurisprudência.

RECURSO IMPROVIDO (e-STJ, fl. 394).

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 402-407), restaram rejeitados (e-STJ, fls. 408-412).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 415-436), as recorrentes apontam violação aos artigos 1022, inciso II, do Código de Processo Civil e aos artigos 186, 188, inciso I, 927, 844 e 944 do Código Civil.

Sustentam, essencialmente, que (i) "*Houve importantes omissões por parte da Corte de origem, que efetivamente deixou de se pronunciar a respeito de aspectos essenciais da controvérsia, notadamente no que se refere à violação aos arts. 186, 188, I, 927, 884 e 944 do Código Civil*" (e-STJ, fl. 419); (ii) "*De um lado, deu-se o exercício regular de um direito pelos ora requerentes (liberdade de imprensa), nos termos do art. 188, I, do Código Civil. De outro lado, não há dano indenizável, de modo que um dos elementos indicados no art. 186 e no art. 927 do Código Civil mostra-se inexistente no caso*" (e-STJ, fl. 422). Alternativamente, pugnam pela "*redução do valor indenizatório fixado pela instância estadual*" (e-STJ, fl. 436).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 450/451), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

As recorrentes, em suas razões recursais, alegam que "*Temas relativos à ocorrência de exercício regular da liberdade de imprensa e ao enriquecimento indevido da parte recorrida ficaram sem a devida análise jurisdicional*" (e-STJ, fl. 419).

Com efeito, em relação às alegações de que o Tribunal *a quo* não se pronunciou quanto à liberdade de imprensa e o enriquecimento sem causa, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou omissão no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, manifesta-se de forma integral e com fundamentação suficiente a controvérsia.

A questão restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

"O autor - professor da rede pública - ingressou com a demanda afirmando que, em 29/10/2013, tivera a respectiva imagem indevidamente veiculada pela TV Bandeirantes no programa "Brasil Urgente", apresentado pelo correquerido o José Luiz Datena.

Aliás, segundo o alegado, foram proferidas publicamente palavras ofensivas à respectiva honra, de forma sensacionalista, levando a audiência à conclusão de que o professor seria um "tarado" ou um abusador de alunas.

Narrou que a exposição indevida lhe causaram diversos transtornos e danos de natureza moral, sendo afastado das atividades, transferido de unidade e tendo de realizar tratamento psicológico, em razão de um quadro depressivo decorrente da conduta dos requeridos.

A forma de noticiar os fatos extrapolou o direito de informar,

Superior Tribunal de Justiça

retirando as imagens do contexto e polemizando apenas com o fim de chocar a audiência, sem que ao menos lhe fosse oferecido o direito de esclarecer o ocorrido.

(...)

Com efeito, o direito/dever de informar decorre da liberdade de imprensa constitucionalmente garantida, configurando um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Todavia, consoante bem observado pelo D. Magistrado "a quo" no julgado recorrido, embora garantido o direito de crítica - consectário do direito à livre manifestação - tal fato, por si só, não bastaria para permitir ofensas gratuitas ou desarrazoadas à honra de uma pessoa, sendo de rigor a repressão de eventuais abusos, como o que se verificou no caso concreto.

(...)

O dever de cautela dos meios de comunicação deveria ter sido observado pelos requeridos, não sendo razoável o argumento de que as falas ofensivas seriam justificadas, em virtude da suposta gravidade da conduta.

(...)

Não bastasse, restou evidente que as opiniões pessoais do apresentador - pessoa pública e formadora de opinião - foram injuriosas e ofensivas, extrapolando o direito de informar, tendo sido realizado, em rede nacional, um verdadeiro julgamento público e sumário acerca do caráter do requerente, sem que ao menos lhe tivesse sido oportunizada a respectiva manifestação acerca do ocorrido.

(...)

Neste contexto, considerando as peculiaridades do caso concreto e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a indenização fixada pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, no importe de R\$ 15.000,00, foi adequada e compatível com o caso concreto, servindo para recompensar o autor pelo prejuízo extrapatrimonial suportado e desmotivar condutas semelhantes pela rede de televisão e pelo apresentador, no futuro" (e-STJ, fls. 396-398).

No acórdão dos aclaratórios observa-se que o Tribunal de origem fundamentou sua decisão na premissa de que os embargos apresentados não demonstram a obscuridade e a contradição do acórdão embargado, uma vez que a decisão recorrida apreciou todas as questões relevantes ao esclarecimento do caso.

Verifica-se que o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

Superior Tribunal de Justiça

"Dessa forma, em que pese a irresignação apresentada, nota-se que as pretensões trazidas nos embargos não se enquadraram no permissivo legal, visto inexistir a alegada omissão ou qualquer outra irregularidade no julgado colegiado.

Aliás, a mera irresignação dos embargantes não poderia, por si só, ensejar a reapreciação dos argumentos trazidos na apelação, não sendo viável a oposição de embargos exclusivamente para o fim de prequestionamento" (e-STJ, fl. 410).

Destarte, constata-se que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, demonstrou de forma clara que a controvérsia foi examinada, ainda que em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente. Assim sendo, a questão fora apreciada, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Com relação a alegação de não houve ato ilícito, as recorrentes afirmam: *"Está categoricamente demonstrado o exercício regular de um direito, nos termos do art. 188, I, do Código Civil. Além disso, mostra-se clara a ausência de dano indenizável na espécie, na perspectiva do art. 186 e do art. 927 do Código Civil"* (e-STJ, fl. 427).

Dessa forma, no tocante as alegações acima aludidas, o Tribunal *a quo*, após exame do conjunto fático-probatório acostado nos autos, ratificou a sentença de origem e assentou que:

"A forma de noticiar os fatos extrapolou o direito de informar, retirando as imagens do contexto e polemizando apenas com o fim de chocar a audiência, sem que ao menos lhe fosse oferecido o direito de esclarecer o ocorrido.

Transcorrida a instrução, foi então proferida a r. sentença recorrida, a qual - em que pesem os argumentos trazidos no recurso - não comportaria a reforma pretendida.

Com efeito, o direito/dever de informar decorre da liberdade de imprensa constitucionalmente garantida, configurando um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Todavia, consoante bem observado pelo D. Magistrado "a quo" no julgado recorrido, embora garantido o direito de crítica - consectário do direito à livre manifestação - tal fato, por si só, não bastaria para permitir ofensas gratuitas ou desarrazoadas à honra de uma pessoa, sendo de rigor a

Superior Tribunal de Justiça

repressão de eventuais abusos, como o que se verificou no caso concreto.

(...)

O dever de cautela dos meios de comunicação deveria ter sido observado pelos requeridos, não sendo razoável o argumento de que as falas ofensivas seriam justificadas, em virtude da suposta gravidade da conduta.

Não bastasse, constou nos autos que o apresentador se negou a comparecer em juízo para prestar depoimento pessoal, restando suficientemente verossímil a versão do autor, corroborada pelo contido na mídia (DVD) arquivada em pasta própria e pela documentação acostada.

Aliás, não houve controvérsia quanto ao fato do apresentador requerido ter declarado que o autor era "tarado", dando a entender que se tratava de um maníaco sexual e aproveitador de alunas, em cadeia nacional de televisão.

É verdade que a conduta do requerente - que lambeu o rosto de uma aluna - fora, no mínimo, inadequada e infeliz, não podendo ser concebida dentro da normalidade de uma relação professor-aluna.

(...)

Não bastasse, restou evidente que as opiniões pessoais do apresentador - pessoa pública e formadora de opinião - foram injuriosas e ofensivas, extrapolando o direito de informar, tendo sido realizado, em rede nacional, um verdadeiro julgamento público e sumário acerca do caráter do requerente, sem que ao menos lhe tivesse sido oportunizada a respectiva manifestação acerca do ocorrido" (e-STJ, fls. 396/398).

Assim, para acolher as alegações do recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem no que concerne existência de dano indenizável seria necessário revolver o arcabouço fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, a teor do preconizado pela Súmula 07/STJ.

A respeito da revisão do valor arbitrado a título de indenização por danos morais, compulsando os autos, verifica-se que o Tribunal de origem, a partir do exame fático-probatório, entendeu como razoável a redução do valor para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O acórdão assim assentou:

"Neste contexto, considerando as peculiaridades do caso concreto e os princípios da razoabilidade e da

Superior Tribunal de Justiça

proporcionalidade, a indenização fixada pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, no importe de R\$ 15.000,00, foi adequada e compatível com o caso concreto, servindo para recompensar o autor pelo prejuízo extrapatrimonial suportado e desmotivar condutas semelhantes pela rede de televisão e pelo apresentador, no futuro" (e-STJ, fl. 399).

Efetivamente, a definição do *quantum* indenizatório deve observar o método bifásico, condutor do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição de valor que vise compensar e reparar os danos causados.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais.

2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ.

3. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.

4. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.

5. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.

6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002.

7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.

8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (grifo nosso) (REsp 959.780/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011).

Superior Tribunal de Justiça

Excepcionalmente, quando a quantia fixada na origem se mostrar ínfima ou excessiva, admite-se a intervenção desta Corte para ajustá-la aos patamares da razoabilidade.

No caso concreto, não se pode reputar exorbitante o valor da indenização à recorrida, diante das minúcias do caso em destaque.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REPORTAGEM EM PROGRAMA DE TELEVISÃO. ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois o v. acórdão estadual examinou, de forma fundamentada, os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O eg. Tribunal Estadual, com arrimo no acervo fático-probatório dos autos, concluiu que a reportagem televisiva questionada causou danos morais ao recorrido. No caso, a pretensão de revisar tal entendimento demandaria reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme preconiza a Súmula 7/STJ.

3. Segundo a jurisprudência desta eg. Corte, a revisão de indenização por danos morais somente ocorre quando for verificada a exorbitância ou a natureza irrisória do valor arbitrado, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos.

4. É firme neste Tribunal o entendimento de que é inviável a apreciação de divergência jurisprudencial quanto ao valor fixado a título de danos morais, porquanto cada caso apresenta peculiaridades específicas e contornos fáticos próprios considerados pela instância ordinária ao arbitrar o valor da indenização.

5. Agravo interno desprovido

(AgInt no AREsp 1007545/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 28/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS

DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENTREVISTA OFENSIVA À IMAGEM E HONRA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 1.022 do CPC/2015, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando intervenção nesta instância.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é incabível o reexame do valor fixado a título de danos morais com base em divergência jurisprudencial, pois, ainda que haja semelhança de algumas características nos acórdãos confrontados, cada qual possui peculiaridades subjetivas e contornos fáticos próprios, o que justifica a fixação de quantum indenizatório distinto.

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp 1376790/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 23/05/2019)

Ressalta-se que o valor do dano moral na primeira decisão foi de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e na última foi de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo sido mantidos, portanto, os valores fixados pelos tribunais de origem.

Portanto, ante a proporcionalidade e a razoabilidade do *quantum* indenizatório, alterar essa quantia demandaria o real reexame fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula no 07/STJ.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência

Superior Tribunal de Justiça

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), majoro os honorários recursais anteriormente fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme os termos da apelação (e-STJ, fl. 399).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

